



PARECER CONTROLE INTERNO
(CONTRATOS)

PARECER Nº 06/2018/CI-DEOC/SEURB

DATA DE RECEBIMENTO: 23/04/2018

**DEPARTAMENTO SOLICITANTE: DEOC/SEURB – SOLICITAÇÃO DA
EMPRESA-DEOC/SEURB - PROCESSO Nº 2069/2018**

**FINALIDADE: TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº
015/2014-SEURB – EMPRESA EPEC ENGENHARIA LTDA.**

Em entendimento à determinação contida no §1º, do artigo 11, da Resolução nº 11.535/TCM de 1º de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de Direito, junto aos Tribunais de Conta dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o **Processo nº 000002069/2018**, referente ao **TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTE DE MAIS R\$ 184.389,51** ao **CONTRATO Nº 015/2014-SEURB** que tem por objeto a **CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA DO JURUNAS – EMPRESA EPEC ENGENHARIA LTDA**, com base nas regras insculpidas pela Lei 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara, ainda, que o Processo encontra-se:

(☒) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

(☐) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo;

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme improbidades ou ilegalidades enumeradas no parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo;

Documentos anexos: Documento da empresa solicitando reajuste, Justificativa do DEOC, Parecer Jurídico nº 044/2018, Termo de Apostilamento ao Contrato nº 015/2014-SEURB.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas para atender as devidas necessidades desta Secretaria e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legalmente admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o Parecer.

Belém, 23 de abril de 2018.